



RELAÇÕES POLÍTICO-SOCIAIS DA “EDUCOMUNICAÇÃO” NO AMAZONAS¹

Fabiane Maia Garcia

João Bosco Ferreira

Marilene Corrêa da Silva de Freitas

Narciso Júlio Freire Lobo

Universidade Federal do Amazonas²

Resumo

Discute os fatores sócio-políticos que possam engendrar a *educomunicação* nas relações de poder que se refletem nos modos de pensar e agir na Amazônia. As bases teóricas apontam para relações que fundamentam duas áreas que convergem para o saber e a informação com possibilidades de mudança e libertação na perspectiva humanizadora. Resgata a formação humana como alicerce para o uso das tecnologias na educação, sem isolar os processos midiáticos do contexto político e econômico do caboclo. Apresenta vertente capaz de desvelar ao educador caminhos que, mesmo em uma sociedade capitalista, assegurem a participação dialógica, numa perspectiva em que o processo se assente na participação ativa de educandos e educadores. Tais postulados decorrem de observações e vivências experimentadas em processos comunicacionais e educacionais no Amazonas, a partir de pesquisas em andamento.

Palavras-chave

Comunicação, educação, dominação, desenvolvimento sustentável.

A comunicação não pode ser concebida exclusivamente como meio de informação, entretenimento ou simplesmente difusão de idéias e impressões do cotidiano posto que, enquanto instrumento formador de opinião deve ser vista como algo capaz de educar, transformar e construir realidades objetivas e, conseqüentemente, modificar ambientes, pessoas e concepções. Entretanto, informações sobre fatos, acontecimentos, políticas governamentais, economia, bem como o lazer, não teriam sentido se não existissem intenções por parte de quem emite uma mensagem. Informação, entretenimento ou simples trocas de impressões não se dão sem intenção em nenhum sistema social.

¹ Trabalho apresentado ao NTI = NP Tecnologias da Informação e da Comunicação, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom;

² Os autores Fabiane Maia e João Bosco são mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas e a Dra. Marilene Corrêa da Silva de Freitas e o Dr. Narciso Júlio Freire Lobo são respectivamente seus orientadores;



As impressões que ora se apresentam têm a intenção de aprofundar o debate acerca dos processos de comunicação e de educação mediada pelo uso das tecnologias, para melhor subsidiar o aporte teórico que sustentará as pesquisas no campo da *educomunicação* que vêm sendo desenvolvidas no Amazonas, na perspectiva de se incrementar conhecimentos e informações que promovam modificações de comportamentos e atitudes. Para se atingir tal objetivo, haverá que se indicar a intenção; o fim mais remoto desses processos: contribuir para a humanização.

Entendendo que a comunicação está impregnada de concepções, métodos e técnicas e tecnologias de publicidade e propaganda, essencialmente consumistas, pensamos que, para ser humanizadora, ela terá que buscar novos caminhos.

Uma concepção de comunicação que se pretenda humanizadora deverá realizar-se com vistas a promover a educação, a conscientização e o desenvolvimento igualitário de todos os que dela venham a participar tendo nas novas tecnologias sua principal ferramenta.

O desenvolvimento deverá ser entendido como integral: do homem como um todo e de todos os homens. Não se concebe desenvolvimento senão aquele colocado a serviço da pessoa; que reduza desigualdades, combata discriminações e liberte o homem da servidão e o torne capaz de, por si próprio, ser agente responsável pelo seu bem estar material, progresso moral e crescimento espiritual. Conceber desenvolvimento é, pois, preocupar-se tanto com o progresso social quanto com o crescimento econômico; é pensar o Homem como senhor de suas ações e juiz do valor destas, enquanto autor de sua própria história de vida.

Tendo presentes estes postulados, dá-se conta de que os atos ou ações de comunicação que prescrevem condutas, que procuram simplesmente vender idéias ou introduzir novos hábitos e valores sem inseri-los no contexto global, têm mera intenção, explícita ou velada, de transformar as pessoas em melhores e mais eficientes consumidores, ávidos por “novidades modernas”.

O trabalho como tarefa social é, apenas, um meio para servir ao homem e não o fim do homem. A realização do homem não pode restringir-se ao crescimento de sua produção. Ao não contemplar os demais aspectos e dimensões da realidade objetiva e não inserir a comunicação no contexto social, fatalmente se cai no tecnicismo, mistificando técnicas e equipamentos, separando ou alienando o homem de sua realidade global.



A comunicação é um fator fundamental para a educação, atingindo diretamente o setor produtivo. Portanto, se orientada para a convivência, reflexão e crítica deve, também, ter claramente definida sua postura diante da mundialização dos intercâmbios culturais e a globalização da economia.

Nesse sentido, falar de comunicação implica em analisar profundamente as razões que trabalham as representações simbólicas que se dão através dos meios de comunicação e do sistema de educação.

O desenvolvimento tecnológico, particularmente o dos meios de comunicação, criou um novo campo de convergência de saberes onde diversidades explícitas, aparentes ou latentes transitam da comunicação para a educação e vice-versa, sem, contudo, estabelecer espaços interdiscursivos e midiáticos que possibilitem a mobilização, a divulgação e o próprio processo da comunicação como espaço de produção e veiculação da cultura, alicerçado na inter-relação comunicação-educação.

O processo de educação, mais do que um processo de transmissão de conhecimentos ou de ensino-aprendizagem deve ser tratado com a preocupação em contextualizar os diversos elementos, conteúdos e atores que dele participam. Atores estes que têm sentimentos, vontades, emoções e saberes autônomos. Sob a perspectiva da educação este processo tem sua origem a partir de educadores e pensadores como Paulo Freire cuja filosofia fundamenta-se em princípios éticos bem definidos:

Como prática estritamente humana, jamais pude entender a educação como uma experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, os desejos e os sonhos devessem ser reprimidos por uma espécie de ditadura racionalista. É essa percepção do homem e da mulher como seres “programados, mas para aprender” e, portanto, para ensinar, para conhecer, para intervir, que me fez entender a prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos. (Freire, 1988).

Os “*educadores*” são agentes sociais que atuam no ensino formal ou não formal, nas empresas, nos meios de comunicação, nos movimentos populares, nas organizações não governamentais. Atuam junto a públicos diversos e específicos, de todas as faixas etárias e grupos sociais minoritários e/ou socialmente excluídos ou estigmatizados.

Em se tratando de grupos excluídos, em geral comunidades periféricas aos centros urbanos ou instaladas no meio rural, esses agentes educadores carecem de melhor capacitação. Em decorrência disto e pela carência natural de pessoas preparadas para ajudar no processo de formação da cidadania e da consciência crítica, os



professores dessas comunidades, muitas vezes, ocupam espaços com grande proveito, envolvendo-se nos trabalhos comunitários num processo de inter-relações, auxiliando na organização sindical, religiosa, cultural, educativa, esportiva e familiar. Já outros professores, não identificados com essas causas, fogem das tarefas de relevância social, aliando-se a políticos tradicionais, transformando seu agir em um autêntico agente da passividade, disseminador do medo, desagregando os movimentos em processo de organização, atrelando a comunidade à submissão e às promessas desses políticos.

Portanto, os “*educadores*” devem analisar, com espírito crítico, e fazer seu próprio exame de consciência para ver se intencional, ou mesmo inconscientemente, sua comunicação não tem pecado pelos mesmos defeitos que se podem atribuir à comunicação de massa e à educação bancária formal e alienadora.

Nesse sentido Mario Kaplún propõe a utilização dos meios de comunicação como ferramentas da educação numa perspectiva em que os mesmos instrumentos que massificam e alienam se transformem em espaços onde os protagonistas se tornem interlocutores. Seu postulado aponta o processo de ensino-aprendizagem calcado na ação participativa dos educandos, numa ação que não os considere meros receptores de informações, mas sujeitos de sua própria educação. Uma relação dialógica como processo ativo de construção e re-construção de saberes, que possibilite a transformação do ato de aprender em um produto social.

Para Kaplún, portanto, educação e comunicação são termos que devem ser entendidos como espaços nos quais atuem sujeitos geradores de fluxos de interlocução onde se possa evoluir o grau de consciência de quem quer que deles participe.

Na comunicação há muitos aspectos que ainda não são de domínio e consenso geral; alguns são polêmicos e controversos. A maior parte das controvérsias decorre do aumento do grau de consciência que os cientistas sociais vêm adquirindo no tocante ao poder e ao uso que os sistemas sociais fazem dos meios e técnicas de comunicação. Raramente são usados em favor de todos objetivando a participação nos processos decisórios sobre necessidades concretas e soluções.

É lícito confessar que, como comunicadores e educadores, há maior preocupação com o aperfeiçoamento dos meios tecnológicos, métodos e mensagens, do que com os fins e objetivos da comunicação, como processo de desenvolvimento humano.

Tal constatação mecanicista decorre de toda uma formação de comunicadores e educadores calcada em princípios difusionistas norte americanos.



Conforme nos aponta Marques de Melo, desde os primeiros anos da década de 1950 eram visíveis às preocupações do governo norte americano em evitar a expansão dos efeitos da Revolução Cubana por toda a América Latina. A Aliança Para o Progresso era a principal ação neutralizadora de tais efeitos e, portanto, foi um dos primeiros organismos “redirecionadores” da política norte americana para o continente, ao reforçar seus planos iniciais nas áreas de saúde e educação.

Nesse contexto o CIESPAL (Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina – com sede em Quito, no Equador) passou a oferecer cursos, a realizar pesquisas e seminários com pesquisadores norte-americanos, o que determinou a tendência instrumental e difusionista adotada para a comunicação em toda a América Latina.

A reação aos impactos da Indústria Cultural imperialista norte americana e ao difusionismo, ambos associados à postura funcionalista, acrítica e conformista, levaram ao surgimento de uma postura crítica inspirada nos princípios da Escola de Frankfurt.

Na década de 1970, no Chile, com a ascensão de Salvador Allende ao poder e a consolidação da democracia, destacaram-se Armand Mattelart com sua interpretação estrutural-marxista dos fenômenos da comunicação e Paulo Freire com a visão cristã-marxista da análise dos conteúdos educacionais.

Decorre daí, como conseqüência, o confronto entre duas Escolas: a Funcionalista e a Frankfortiana. De um lado o difusionismo reforçando a expansão das multinacionais e incrementando o avanço da ideologia do consumo e, de outro, a detecção do avanço imperialista e sua denuncia quanto aos riscos da perda de identidades culturais e soberanias nacionais dos povos latino-americanos.

Freire chama a atenção para a necessidade de um processo dialógico na educação, enquanto Mattelart alerta para a invasão cultural por meio dos produtos culturais importados, que tiveram nos instrumentais tecnológicos modernos o seu portal de entrada nas mais variadas sociedades.

... a comunicação é diálogo, na medida em que não é transferência de saber; a tendência do extensionismo (difusionismo) é cair facilmente no uso de técnicas de propaganda, de persuasão, desencadeando atos de invasão cultural e de manipulação (...). Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. Mas, se dizer a palavra verdadeira que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. (Freire, 1985).

Por seu lado Mattelart aponta a hegemonia cultural exercida pelos países dominantes através do imperialismo cultural difundido pelos meios de comunicação de



massa, demonstrando este fenômeno através de estudos dos conteúdos das histórias em quadrinhos, ou pela relação econômica de empresas de comunicação dos países subdesenvolvidos com empresas multinacionais, em especial norte-americanas. Para ele “a classe dominante dos países do Terceiro Mundo estabelecem laços econômicos e políticos com a classe dirigente dos países ricos, ficando subordinada a ela” (Mattelart, 1980).

Atualmente, em contraposição ao imperialismo cultural denunciado por Mattelart e ao difusionismo norte-americano, desenvolve-se, a partir de estudos realizados por Diaz Bordenave, uma postura crítica quanto aos processos comunicacionais que apresentam uma proposição de comunicação humanizadora. Nesse aspecto, a proposta de “Educação como Prática da Liberdade” elaborada por Paulo Freire, bem como seu questionamento quanto à “Comunicação ou Extensão”, servem de “inspiração” para os estudos dos processos de comunicação interpessoais e intergrupais, em particular a “*educomunicação*”.

“A *educomunicação* pode ser definida como toda ação comunicativa no espaço educativo, realizada com o objetivo de produzir e desenvolver ecossistemas comunicativos” (Soares, 1999). Enquanto espaço educativo podemos compreender a mídia como formadora de opinião e principal via de contatos, percepção e entendimento do mundo contemporâneo. Assim, seu espaço é, primordialmente, um espaço educativo e, portanto, sua leitura crítica e cidadã pressupõe reflexão e sistematização de informações que possibilitem maior esclarecimento sobre as demandas da sociedade.

Entretanto, o trabalho junto aos meios de comunicação tem seguido, no geral, as regras e a lógica estritamente lucrativa, necessitando, com urgência, um repensar estratégico, que inclua vontade política em direção a novas perspectivas e investimentos na área. Este posicionamento poderá abrir um novo campo para os inúmeros segmentos da sociedade, tornando-se um real e seguro caminho para o desenvolvimento.

Desenvolvimento, aqui, não significa somente crescimento econômico, obtido com o aumento quantitativo de produção e produtividade. É um conceito mais abrangente que implica redistribuição de renda e a ampla participação, criativa e consciente, de todos os setores da população nas instituições sociais e políticas. Participação de todos na construção do seu próprio desenvolvimento e nos benefícios da riqueza e da cultura criados.

Portanto, para o desenvolvimento social, a modernização tecnológica é apenas um de seus componentes. Modernização e desenvolvimento não se contrapõem. O



desenvolvimento implica na modernização, porém não pode haver modernização sem desenvolvimento.

A concepção da comunicação, como educação, traz consigo, implícitos e explícitos os seus fins e objetivos. Meios e métodos são apenas caminhos para se chegar aos objetivos e, em geral, são coerentes com a concepção. Portanto, qualquer proposta ou alternativa também deverá abranger o conceito, a metodologia, os meios e os fins da comunicação humanizadora que, como processo, por essência, é dinâmica, capaz de recriar-se, reformular-se a cada momento.

O que se postula é que a comunicação deva se transformar num verdadeiro processo de interação social ou de diálogo, tanto em nível individual, como de grupos e até mesmo de grande público. Um processo pelo qual as pessoas desenvolvam suas características e suas vocações criadoras e transformadoras da natureza e do mundo físico e social no qual se encontram.

Para que esta comunicação possa desempenhar seu papel de instrumento de modernização e de desenvolvimento social, em termos de humanização e dignificação do homem todo e de todos os homens é imprescindível que sejam pensadas e praticadas formas de comunicação coerentes com este propósito.

Entretanto, antes de se projetar caminhos, propor soluções ou encaminhar lutas é necessário desfazer mitos, esclarecer conceitos que constituem o universo da educação brasileira. Como lembra Paulo Freire (1981), “o primeiro passo nessa direção é desfazer a concepção ingênua de que a educação pode tudo, sendo a alavanca da transformação social”. Outro equívoco é a concepção pessimista de que o papel da educação é apenas o de reprodução social, menosprezando sua função conscientizadora, crítica, criativa, transformadora e libertadora.

Pensar a “*educomunicação*” exige-se o estabelecimento de premissas que a fundamentem, tais como a de que todo homem é igual em direitos e deveres perante a sociedade; possui a vocação e o potencial para desenvolver-se e atuar sobre a natureza transformando-a em um mundo melhor para si e para os outros; ele só se realiza na medida em que participa ativa e conscientemente na transformação de seu mundo físico e social.

É possível continuar relacionando idéias e argumentos nesta linha de pensamento, porém, para a finalidade deste trabalho, parecem ser suficientes as premissas aqui explicitadas. Com elas se evidencia que todos os seres humanos devem respeitar e ser respeitados como tais. Entretanto, ao analisar a realidade, verifica-se que,



em geral, as premissas expostas são aceitas (quando o são) tão somente no nível teórico ou de discurso. Na prática cotidiana são esquecidas ou deliberadamente desconsideradas.

Há quem pense que uns nascem para ser dirigentes e outros para ser dirigidos; uns para patrões e, outros, empregados. Enfim, uns nascem para constituir as elites, capazes de pensar, saber, criar, decidir e mandar, enquanto a maioria traz, inata, sua incapacidade de conhecer, e deverá obedecer ou seguir as decisões dos primeiros.

A persistência do modelo capitalista se deve a sistemas sociais onde os meios de produzir estão concentrados em poucas mãos e nas quais se concentram igualmente o poder econômico, o prestígio e o poder político. Da mesma forma as experiências com o socialismo real, no qual o poder político e de decisão se concentra na burocracia, no partido ou na tecnocracia. Tanto num quanto noutro as elites pensam que tais condições lhes permitem ou autorizam a manter a classe trabalhadora em condições de inferioridade negando sua participação nas decisões e a liberdade de expressão.

Na medida em que se vai penetrando na realidade social, com atitude crítica, tornam-se evidentes que as desigualdades e injustiças não são devidas à má índole do homem e da mulher que oprimem os demais. Nem tampouco são devido a que as massas sejam ignorantes, preguiçosas, viciadas, enfim pobres porque assim o querem, por ser seu destino ou pela determinação divina.

No modelo clássico, a comunicação é concebida mais como ato mecânico que como processo: a emissão de comunicados e o “feedback” não logram estabelecer o diálogo; dão-se em momentos e intensidades diferentes, e, em geral, alheios e, por vezes, até contrários à realidade objetiva e concreta.

Na comunicação de massa, a fonte e o receptor são concebidos como entes distintos, com uma considerável superioridade da fonte sobre o receptor. Superioridade esta também presente no processo educacional tradicional:

A concepção e os procedimentos pedagógicos utilizados num processo de comunicação que libere e permita a realização de todas as potencialidades intelectuais e operacionais de quem dela participa terão que sofrer profunda transformação: primeiramente é preciso eliminar os vocábulos fonte e receptor, tanto da teoria quanto da prática da comunicação. Na perspectiva da comunicação educadora não haverá fontes nem receptores e sim comunicadores como protagonistas igualitários, configurando um autêntico processo de interação humana. Por outro lado, na atividade educacional não haverá superiores, donos da verdade ou atores principais, assim como



não haverá inferiores, ignorantes ou coadjuvantes. Ambos, educador e educando sabem, pensam, sentem, agem, buscam conhecimentos; são protagonistas, agentes de mudanças e sujeitos do processo pedagógico de transformação da realidade.

A comunicação educadora não pretende ser, como não é, o remédio ou o instrumento único, para transformar o subdesenvolvimento em desenvolvimento. Ela não tem poder de transformar estruturas sociais e sabemos que o subdesenvolvimento tem sua origem nas estruturas arcaicas e injustas vigentes.

Iniciado o processo de “*educomunicação*” como prática da liberdade, o “*educomunicador*” não o comandará sozinho; não poderá nem deverá manipular os grupos, devendo ser discutidos os problemas que afloram da análise da realidade. Certamente a solução de muitos desses problemas não estará ao seu alcance e, para outros, ele jamais terá solução. Exatamente porque não tem as soluções é que se deve estabelecer o diálogo problematizador que levará ao entendimento da realidade objetiva e das causas que levam à condição de exploradas em que se encontram as classes oprimidas.

Uma dificuldade que terá que ser superada é o forte condicionamento motivado pela origem e valores “burgueses” mais valorizados, ainda, pelas próprias classes oprimidas, dada sua condição submissa, que consideram seus valores e “status” inferiores aos do comunicador-educador. Sua posição na escala social (em geral classe média) implica na sua tendência de defender os interesses de sua classe ou mesmo os da classe dominante, que são diferentes e até antagônicos aos da maioria subalterna. Comunicação e educação não se produzem entre sujeitos com interesses contrários.

Questionar e problematizar com os oprimidos suas realidades significa descobrir as causas de sua marginalização nos interesses desmedidos da classe dominante, pretensões eleitoreiras de políticos inescrupulosos, ou até mesmo nos interesses de grupos econômicos nacionais e internacionais.

A função educativa nesse aspecto envolve compromisso social, desenvolvimento de potencialidades e, em conseqüência, apropriação do saber social, saber este que permite uma melhor compreensão da realidade, que caminha para a possível solução dos problemas situados na base das estruturas sociais, as quais, infelizmente, são injustas e excludentes. Nas comunidades Amazonenses, sejam elas periféricas urbanas ou rurais, tal exclusão se acentua, produzindo uma espécie de educação de terceira classe. Desinteresse por parte do poder público, apatia (na maioria das vezes por conveniência) por parte de líderes comunitários e políticos. Porém, a forte carga



ideológica embutida na sociedade de consumo, moldada nos princípios da competitividade, utilizando valores e conteúdos do conhecimento formalmente elaborado, costuma provocar nos membros comunitários uma situação de instabilidade e desafio, como ressalta Saviani:

(...) se os membros das camadas populares não dominarem os conteúdos culturais, eles não conseguirão fazer valer os seus interesses, porque ficarão desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação. (Saviani, 1988)

Frente a estes e outros aspectos, o comunicador-educador terá que optar conscientemente, com qual grupo e interesses irá se comprometer. Comunicação e educação são processos sociais, enquanto se realizam no contexto de sociedades humanas estruturadas.

As concepções clássicas ou tradicionais da educação e da comunicação, por pretenderem ser ideologicamente neutras, não problematizam a realidade global da sociedade. Quando a questionam, centram sua atenção na conduta, nos valores e nos conhecimentos dos receptores das mensagens, com vistas a adaptá-los aos interesses das fontes que, em geral, representam os valores econômicos, políticos, culturais e sociais das elites. Assim procedendo, em vez de serem neutras, as mensagens transmitidas são favoráveis à manutenção do estabelecido, ou seja, professam a ideologia dos grupos dominantes.

A concepção humanista para a “*educomunicação*” procura abrir e manter vivo o debate em relação a alternativas ou novos caminhos para a comunicação e o relacionamento social.

A comunicação deverá ser entendida e praticada não para ocultar a realidade ou desviar as pessoas de seus reais problemas, nem para controlar seu conhecimento sobre sua verdadeira situação e suas causas, mas para aproximar-se da verdade total dos problemas concretos e condicionantes do desenvolvimento social. Quando concebida desta forma contribuirá para dinamizar as potencialidades latentes de criatividade, de análise crítica, de participação e de expressão autêntica de toda a sociedade, particularmente das classes oprimidas.

Como seres humanos, todos possuímos, indistintamente a vocação inata de criar e recriar o mundo físico e social, a partir da realidade dada, do que existe. A verdadeira comunicação deverá, pois, constituir-se em meio e instrumento para que todos possam participar na transformação de sua situação.



A prática de formas de comunicação, de sujeito a sujeito, sem verticalismo, sem predomínio de um sobre outro, sem paternalismos e sem mistificações promove a tomada de consciência sobre os reais problemas e o compromisso recíproco para a sua superação.

Tais formas de comunicação pretendem proporcionar aos marginalizados o exercício de aprendizagem para se comunicarem mais eficazmente entre si e com as instituições do Estado. Constituem em germes desencadeadores de um processo capaz de promover o desenvolvimento do homem todo e de todos os homens.

A partir dos fundamentos expostos é possível sintetizar a postura que o educador-comunicador possa ter. Há, pelo menos, duas alternativas possíveis:

- ou educadores e comunicadores assumem, realmente, as funções de agentes de mudança para superar o subdesenvolvimento, adotando uma abordagem centrada na pessoa, pensando conscientemente as conseqüências sociais de suas ações;
- ou continuam realizando ações de transferência de informações, de forma acrítica, desvinculadas da realidade social, cultural e econômica dos oprimidos.

A primeira alternativa se apresenta com maior validade para fazer frente ao subdesenvolvimento brasileiro. São os oprimidos e suas famílias que precisam tomar consciência da realidade e dos problemas que elas enceram. Quando os problemas se situam no nível da consciência constituem desafios e exigem, por parte dos sujeitos que os captam, reflexão e a elaboração de um projeto de ação que os supere.

A “*educomunicação*” tem, portanto, uma função que ultrapassa a imagem social construída pelas elites para os oprimidos. Deverá ser problematizadora, questionadora, analítica e crítica. A “*educomunicação*” possibilitará que todos se tornem sujeitos, agentes de mudança e protagonistas de seu desenvolvimento.

A história futura ainda não está escrita. É com a pretensão de participar no processo histórico que foram feitas as análises e reflexões em torno da comunicação humanizadora e educadora. Espera-se que, se aprofundadas pelos “*educomunicadores*”, permitam que mais sujeitos participem da tarefa de humanização da convivência social e de um desenvolvimento sustentável para a Amazônia.



Referências bibliográficas

1. BERGER, Christa. **A pesquisa em comunicação na América Latina**, In: Antonio Hohlfeldt, Luiz C. Martinho, Vera Veiga França (organizadores), *“Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências”*, Petrópolis, RJ, Vozes, 2001.
2. BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O Que é Comunicação Rural**, Col. Primeiros Passos, São Paulo, Brasiliense, 1993.
3. _____ **O Que é Comunicação**, Col. Primeiros Passos, São Paulo, Brasiliense, 26 reimpressão, São Paulo, Brasiliense, 2001.
4. DOWBOR, Ladislau [et al] (Org.). **Desafios da Comunicação**, Petrópolis (RJ). Vozes, 2001.
5. FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
6. _____ **Educação como Prática da Liberdade**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
7. _____ **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**, Col. Leitura, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.
8. FRIEDRICH, Odilo Antonio. **Comunicação rural: proposição de uma nova concepção**, 2 ed. Brasília, Embrater, 1988.
9. GOMES, Pedro Gilberto. **Tópicos de teoria da comunicação**, São Leopoldo, Ed. UNISINOS, 1997. (Manual Universitário, 2).
10. _____ **Comunicação social: filosofia, ética política**, São Leopoldo, RS, Ed. UNISINOS, 1997. (Manual Universitário, 3).
11. HOHLFELDT, Antonio. MARTINHO, Luis C. FRANÇA, Vera Veiga. (Organizadores), **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**, São Paulo, Vozes, 2001.



12. MATTELART, Armand. **Multinacionais e sistemas de comunicação: os aparelhos ideológicos do imperialismo**, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

13. _____ e DORFMANN, Ariel. **Para ler o Pato Donald**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

14. MELO, José Marques de. **Teoria da comunicação: paradigmas latino-americanos**, Petrópolis,RJ, Vozes, 1998.

15. _____ **A pesquisa em comunicação: trajetória Latino-americana**, In: MELO, José Marques de. “*Comunicação: teoria e política*”, São Paulo, Summus, 1985.

16. SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**, 20 ed. São Paulo, Cortez, 1988.

17. SCHAUN, Ângela. **Educomunicadores como agentes de transformação: uma perspectiva ética da inter-relação comunicação/educação**, In: *Mídia & Educação: perspectivas para a qualidade da informação*, revista do Fórum Mídia e Educação realizado de 11 a 13 de novembro de 1999 em São Paulo, ANDI, MEC, IAS, UNICEF, NEMP, FUNDESCOLAJ E CONSED, Brasília, 2000, p.19-21.

18. SOARES, Ismar de Oliveira. **Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais**, in: *Revista CONTATO: revista brasileira de comunicação, arte e educação*, ano 1, n. 2, Senado Federal, Brasília, 1999, p. 19-74.

19. Internet:<http://www.comunica.org/chasqui/kaplun.htm>, Revista Latinoamericana de Comunicación **Chasqui**, consulta em 22/02/2005.